

Carta dos "15 Anos da Intervenção Municipal na Casa de Saúde Anchieta"

Os 15 Anos da Intervenção Municipal na Casa de Saúde Anchieta foram lembrados em evento promovido pelo CRP Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira, associações de usuários, familiares e técnicos dos programas de Saúde Mental das cidades de Santos, São Vicente, Itanhaém Associação Franco Rotelli, Associação Maluco Beleza, Associação Diferente Cidadão e pela Associação Franco Basaglia de São Paulo.

O evento aconteceu no final do mês de maio, na cidade de Santos, no auditório da Universidade Católica de Santos, Campus Dom Idílio e contou com a presença de autoridades da área da Saúde Mental e teve repercussão na imprensa local e em todo o sistema de Saúde Mental pública nacional, especialmente no momento em que, por iniciativa do ministério da Saúde e da Prefeitura Municipal de São Paulo prepara-se o I Congresso Nacional de CAPS.

Este evento reveste-se de suma importância, tendo em vista as questões que ele se dispõe a discutir e o modelo assistencial aberto que também o Congresso de CAPS vai discutir, caracterizando desta forma uma reflexão útil para a Baixada Santista e Vale do Ribeira e também para a organização dos CAPS em lugares onde os processos de construção vão acontecendo de outras maneiras.

A discussão proposta era: Trazer para o cotidiano das ações dos serviços os motivos da intervenção: Em Defesa da Dignidade Humana.

Tivemos a presença de autoridades, militantes, profissionais, amigos, políticos e simpatizantes que puderam contar a influência da experiência de terem participado da Intervenção em suas vidas profissionais, acadêmicas e como puderam levá-las para outros lugares e outras práticas.

Tivemos a participação de estudantes de Psicologia, Enfermagem, Serviço Social e Fisioterapia que emocionaram-se com tantos relatos e com tanta paixão pelo trabalho realizado com as pessoas com sofrimento psíquico.

Por fim, tivemos também a presença dos coordenadores da Saúde Mental nacional, estadual e municipal (Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Praia Grande, São Vicente e Santos) que puderam se aproximar ainda mais das vozes dos usuários e técnicos.

Entendemos que a responsabilidade do Poder Público Municipal em oferecer serviço de qualidade não deve ser obscurecida e as vozes dos usuários e familiares devem ser reconhecidas no diálogo que visa a formulação de iniciativas comuns para a Saúde Mental de nossa região, da Baixada Santista e Vale do Ribeira:

1. Estabelecer Conselhos Gestores das unidades de Saúde Mental.
Sabemos que tal medida não é somente boa, ela pode trazer dificuldades nos processos, e manipulação por parte de alguns. Assim propomos que para a construção destes, seja discutido no Conselho Municipal de Saúde os critérios administrativos e técnicos esperados para o NAPS, e tendo em vista esta resolução normativa já existente, no município de Santos.
2. Transparência na gestão das verbas estadual e federal para a Saúde Mental dos Municípios.
3. Respeito à carta de Direitos e Deveres dos Usuários dos programas de Saúde Mental.
4. Inclusão dos usuários que estiveram em manicômios por mais de dois anos no programa de volta para a casa do Ministério da Saúde.
5. Avaliação / Re Avaliação das estratégias de formação das equipes segundo critérios de vinculação, referência e compromissos do serviço com estratégias de trabalho, cidadania e Reabilitação Psicossocial e respeitando a melhor utilização dos funcionários.
6. Reavaliar / Avaliar e fiscalizar as práticas existentes no Hospital, Guilherme Álvaro e Hospitais Regionais, considerar a possibilidade de transformá-lo num CAPS III, para os atendimentos regionalizados, dando desta forma um importante passo no estabelecimento de uma política de Saúde Mental democrática.
7. Valorizar o cotidiano dos serviços e os dispositivos de trabalho coletivo tais como discussões de caso e passagem de plantão, como forma de avaliação dos mesmos, tendo como referência os indicadores constituídos para tanto.
8. Construir proposta de estágios e aprimoramento, junto a Universidades com mediação dos Conselhos e às associações dos usuários.
9. Estabelecer pauta para a discussão dos CAPSi e CAPSad de maneira intersetorial, inclusive aos recursos humanos, enfocando a especificidade do sofrimento psíquico que está em questão, atualizar à luz de outras políticas como Educação Inclusiva, Redução de Danos, Prevenção de HIV, etc.
10. Avaliar constantemente as demandas de Atenção Psicossocial, para crianças, adolescentes e usuários de álcool e drogas visando não sobrecarregar os serviços existentes.
11. Estabelecer cronograma para implantação de processo de supervisão de equipes e de capacitação dos profissionais frente às atualizações constantes, propostas pelo Ministério da Saúde.

Em defesa da dignidade humana

15 anos de Intervenção Municipal na Casa de Saúde Anchieta

12. Valorizar o trabalho de acolhimento extra - muro, visitas domiciliares, nas práticas dos CAPS, garantindo as estruturas necessárias (veículos e materiais) bem como o pessoal que trabalha na infra-estrutura do serviço.
13. Estabelecer cronograma de atualização da remuneração salarial dos profissionais, buscando captação legal nos recursos, do Ministério da Saúde para as Secretarias Municipais de Saúde, projetos dimensionados adequadamente os serviços em termos de pessoal, número de unidades e inter-relação entre os mesmos.
14. Proposta de conhecer as internações em Hospitais Psiquiátricos realizadas a partir da Baixada Santista nos últimos três anos, visando conhecer os mecanismos falhos na rede de serviços substitutivos Municipais.
15. Garantir funcionamento de 24 horas nos CAPS III, pois atualmente Pronto Socorro de Santos não consegue fazer referência e contra-referência, porque não tem serviço aberto ou funcionando.

Associação Franco Rotelli
Associação Franco Basaglia
Associação Maluco Beleza
Associação Diferente Cidadão



Conselho Regional de Psicologia SP
Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira